

Orientadora de formação de interno do internato complementar de Imuno-hemoterapia de agosto de 1995 a 30 e abril de 1997.

Participação como membro de júri de exame de avaliação final do Internato Complementar de Imuno-hemoterapia em janeiro de 1998.

Atividades como Secretária Geral da Direção da Associação Portuguesa de Imuno-hemoterapia entre maio de 2002 a setembro de 2013, tendo integrado comissões organizadoras e científicas dos congressos realizados por esta associação.

Participou em diversas atividades formativas e ainda como autor/coautor de comunicações orais/posters e publicações nacionais.

10 de março de 2016. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

209436958

Despacho (extrato) n.º 4051/2016

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs. 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi aberto procedimento concursal com vista ao provimento no cargo de direção intermédia de 1.º grau do Centro de Sangue e da Transplantação de Lisboa do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P. (IPST, I. P.), através do Aviso n.º 205/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro, bem como na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta OE201601/0081.

2 — Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de seleção, o júri propôs, de acordo com o determinado no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a candidata Ana Paula Correia Henriques de Sousa para desempenhar o cargo colocado a concurso.

3 — Conforme o disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, considerando que a candidata é detentora do perfil, competência técnica, aptidão e experiência profissional e formação adequada ao cargo a prover, como se evidencia pela nota curricular, que se publica em anexo, foi nomeada, por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do IPST, I. P., de 29/02/2016, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Ana Paula Correia Henriques de Sousa, para o cargo de diretor técnico do Centro de Sangue e da Transplantação de Lisboa.

4 — A presente nomeação produz efeitos à data da publicação no *Diário da República*.

5 — A nomeada fica autorizada a optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos dos n.ºs. 3 e 5 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Nota curricular

Ana Paula Correia Henriques de Sousa, nasceu a 1 de agosto de 1966.

Habilitações académicas

Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra desde 1990 (15 valores). Pós graduada em Biomedicina desde 1997 pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (17 valores). Mestre em Biotecnologia desde 2010 pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico (17 valores). Competência em Gestão em Saúde, concedida pela frequência na Universidade Católica de Lisboa do programa avançado de Gestão em Saúde.

Carreira profissional

Inscrita na Ordem dos Médicos desde 1990 com a cédula profissional n.º 34017. Exame de admissão ao Internato Complementar em 1992 (62 %), tendo optado pela especialidade de Imuno-Hemoterapia. Internato da especialidade em Imuno-Hemoterapia, no Serviço de Sangue dos Hospitais da Universidade de Coimbra, de 1993 a 1997 (18.55 valores). Provas de Avaliação Final do Internato Complementar de Imuno-Hemoterapia em fevereiro de 1998, tendo sido Aprovada (18.9 valores), e sido conferido o grau de Assistente de Imuno-Hemoterapia. Requereu o início de funções como Assistente Eventual de Imuno-Hemoterapia no hospital de Egas Moniz (vaga carenciada) em 1998. Após Concurso de Provimento é nomeada Assistente Hospitalar de Imuno-Hemoterapia do quadro de pessoal do Instituto Português do Sangue, em 2000.

Em 2013 presta provas curriculares em concurso para Grau de Consultor de Imuno-Hemoterapia, tendo sido Aprovada.

Foi nomeada membro do Conselho Consultivo do Sangue, da Histo-compatibilidade e da Transplantação em junho de 2013. (Despacho n.º 7716/2013)

a) Atividades de coordenação de unidade médicas funcionais, grupos de trabalho e comissões nacionais:

Foi nomeada responsável pela concretização de projeto de rastreio da Hemocromatose a dadores de sangue na Região Centro, em colaboração com o serviço de Gastroenterologia, nos Hospitais da Universidade de Coimbra (1993-1995).

Foi nomeada responsável pela prática clínica e protocolar relativa à transfusão autóloga e pela supervisão das conclusões protocolares aos dadores de sangue em 1998, no Centro Regional de Sangue de Coimbra.

Foi designada responsável pelo Setor de Dadores e Colheita de Sangue em 1999, no Hospital de Egas Moniz.

Foi nomeada responsável pela conceção, implementação e desenvolvimento da Unidade de Aférese no Centro Regional de Sangue de Lisboa, em 2000. Coordenou esta atividade de 2000 a 2013.

Coordenou o serviço de Promoção da Dádiva de Sangue e a atividade de Colheita de Sangue Total no Instituto Português do Sangue e da Transplantação, entre 2011 e 2013.

Nomeada coordenadora do grupo de trabalho para a revisão e proposta de critérios de elegibilidade de dadores de sangue total e componentes sanguíneos, a 14 de novembro de 2012, com elaboração de Manual de Triagem de Dadores.

Coordenou a atividade da Comissão de Promoção e Planeamento da Dádiva de Sangue e Células, na dependência direta do Conselho Diretivo do IPST.I.P., entre 2012 e 2013.

Nomeada membro de grupo de trabalho sobre comportamentos de risco com impacto na segurança do sangue e gestão de dadores, a 16 de novembro de 2012.

Nomeada membro do grupo de trabalho responsável pela conceção e implementação do Risco Geográfico, ferramenta de suporte à triagem clínica, disponível no *site* eletrónico do IPST.I.P., em 2014.

Nomeada coordenadora do grupo de trabalho para a elaboração do Glossário Nacional do IPST.I.P., a 25 de fevereiro de 2014.

Coordenou o grupo de trabalho para a revisão dos requisitos em matéria de análise das dádivas de sangue colhidas, constantes da Circular Normativa n.º 5/GDG da ASST, tendo sido nomeada a 23 de abril de 2014.

Nomeada pelo Conselho Diretivo do IPST.I.P. para integrar a elaboração de Norma de Orientação Clínica (NOC), com critérios nacionais de inclusão e exclusão de dadores, em articulação com a Direção-Geral de Saúde, a 24 de agosto de 2015.

Nomeada coordenadora da Comissão Nacional para gestão da suspensão de dadores por hemoglobina abaixo dos limites definidos, a 19 de janeiro de 2016.

Atualmente coordena e planifica a atividade do Centro de Contactos do IPST.I.P, atividade desenvolvida desde 2012. Representa o Conselho Diretivo do Instituto Português do Sangue e da Transplantação na articulação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

b) Atividades científicas de formação e educação médica

Cocordenadora de dois cursos promovidos pela European School of Transfusion Medicine (ESTM) em 2012 e 2008. Membro de comissões organizadoras e científicas de cursos/congressos. Membro de várias sociedades/associações científicas nacionais e internacionais.

Autora e coautora de vários trabalhos publicados e apresentados sob a forma de comunicações orais e posters, em congressos e reuniões científicas nacionais e internacionais. Moderadora de mesas redondas.

Na qualidade de graduada do Mestrado em Biotecnologia participou em reunião de avaliação de alguns cursos de Mestrado Integrado da UTL, promovida pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

c) Atividades de inovação e desenvolvimento

Colaborou em estudos de investigação efetuados a doentes portadores de infeção pelo Vírus da Hepatite B, em colaboração com o Serviço de Gastroenterologia, nos Hospitais da Universidade de Coimbra, entre 1993-1995.

Desenvolveu trabalhos de investigação no âmbito da caracterização sociodemográfica dos dadores e a sua correlação com a avaliação das reservas de ferro, em 2007.

Promoveu a valorização de subprodutos sanguíneos no âmbito da Medicina Regenerativa e investigação em células estaminais (1998-2010), com produção de lisado plaquetário.

Desenvolve um projeto de investigação em parceria com o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa no âmbito da aplicação de campos elétricos pulsados a componentes sanguíneos plaquetários.

10 de março de 2016. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

209436925

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

Aviso n.º 3810/2016

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, no Núcleo de Gestão de Recursos Tecnológicos da Unidade de Sistemas de Informação, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por meu despacho de 26 de fevereiro 2016 se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*, para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, no Núcleo de Gestão de Recursos Tecnológicos da Unidade de Sistemas de Informação, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), porquanto não foram publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida Portaria.

3 — Em cumprimento do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e do artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi ouvida a entidade gestora do sistema de requalificação (INA), que em 22 de fevereiro de 2016, declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa.

4 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP) no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 19.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

5 — Número de postos de trabalho — O procedimento concursal visa o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

6 — Local de trabalho: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., sita na Av. 5 de outubro, n.º 153, 1050-053 Lisboa.

7 — Identificação e caracterização do posto de trabalho:

Extração de dados *ad-hoc* com recurso à linguagem SQL;
Suporte aos SI da Agência, I. P.;
Gestão de perfis e de utilizadores;
Manutenção de documentação relevante dos SI da Agência, I. P.

8 — Posicionamento remuneratório — a determinação do posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados é objeto de negociação, nos termos do disposto no artigo 38.º da LTFP com os limites impostos pelo n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de

31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015), sendo a posição remuneratória de referência a 2.ª posição da carreira/categoria de técnico superior.

9 — Requisitos de admissão ao procedimento concursal:

9.1 — Os requisitos gerais, necessários para o exercício de funções públicas, previstos no artigo 17.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

9.2 — O recrutamento é circunscrito a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, de acordo com o n.º 3 do artigo 30.º da LTFP;

9.3 — De acordo com o disposto na alínea l), do n.º 3, do artigo 19.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

9.4 — Estão excluídos os trabalhadores das administrações regionais e autárquicas por força do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015)

10 — Nível habilitacional — Licenciatura em Engenharia, Matemática e Estatística, Ciências Sociais, Económicas e de Gestão e Direito.

11 — Requisitos Preferenciais:

11.1 — Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efetivo de funções nas áreas de atividade relacionadas com a descrição do posto de trabalho.

11.2 — Formação Profissional, em que se ponderam as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com o posto de trabalho.

12 — Formalização das candidaturas: As candidaturas devem ser formalizadas, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, através do preenchimento do formulário tipo aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 29 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio de 2009), disponível na página eletrónica da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., em www.adcoesao.pt que deverá ser devidamente preenchido e assinado e podem ser entregues por uma das seguintes formas:

a) Por via eletrónica para o email Recrutamento_USI_TS@adcoesao.pt;
b) Diretamente nas instalações da Agência, I. P., sitas na Avenida 5 de outubro, n.º 153, 1050-053 Lisboa, no horário de atendimento ao público: das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 16:30h;

c) Através do envio, por correio registado com aviso de receção, para a morada indicada, em envelope fechado, com a seguinte referência: «Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, no Núcleo de Gestão de Recursos Tecnológicos da Unidade de Sistemas de Informação, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.»

13 — As candidaturas deverão ser acompanhadas, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae*, detalhado e atualizado, datado e assinado, onde conste as funções que já exerceu e as que exerce, com indicação dos respetivos períodos de tempo e as atividades relevantes;

b) Documento comprovativo das habilitações académicas;

c) Fotocópia dos certificados comprovativos das habilitações profissionais (especializações, seminários, cursos e ações de formação realizados, com a indicação das respetivas durações);

d) Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada e autenticada (com data reportada ao prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas), da qual conste, de forma inequívoca:

A modalidade da relação jurídica de emprego público que detém;
A carreira e a categoria, bem como a posição remuneratória detidas;
A antiguidade na administração pública, na carreira e na categoria;
As avaliações de desempenho, com menção qualitativa e quantitativa, relativas ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto;

e) Declaração de conteúdo funcional, emitida pelo serviço ou organismo onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente